

Quatro contextos, uma língua: reflexões em torno da lusofonia¹

Regina Helena Pires de Brito

Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo – Brasil

Síntese - Entendida como um sistema de comunicação linguístico-cultural no âmbito da língua portuguesa e nas suas variantes diatópicas e diastráticas, a lusofonia compreende os países que a adotam como língua materna (Portugal e Brasil); língua oficial (PALOP e Timor-Leste); língua de uso (Macau, Goa, Damão, Malaca); além das comunidades constituintes da chamada “diáspora lusófona”.

Esta síntese do mundo lusófono, que se expande pelos quatro cantos do mundo e é abarcada no conceito de lusofonia – pretende conciliar diversidades linguísticas e culturais com a unidade estruturante do sistema linguístico. Examinar a língua portuguesa como instrumento construtor da identidade em países lusófonos, no caso Timor-Leste e Moçambique - esta é a direção que seguem as reflexões aqui apresentadas.

1. Preliminares

É comum afirmar que a lusofonia surge com a primeira globalização: a aventura dos descobrimentos marítimos portugueses e a conseqüente difusão de sua língua e cultura. De fato, percorrer o mundo, apesar das diversidades e especificidades sócio-econômico-culturais de cada comunidade onde se fala o português, significa, via de regra, deparar-se com novos e conhecidos sons, cores e sabores da nossa língua.

Ter estado em Timor-Leste (por duas ocasiões, em 2001) propiciou-nos vivenciar uma decorrência dessa aventura: no encontro com portugueses, moçambicanos, angolanos, brasileiros e timorenses, diversos discursos, múltiplas vozes - aparentemente harmoniosas - entrecruzam-se na nova nação, delineando identidades várias no universo indelével da lusofonia que nos une. Receber declarações de apego à língua portuguesa manifestadas por timorenses era constante: *Foi a língua portuguesa que os nossos dirigentes usaram para contatar um ao outro, no interior e no exterior; isto é, nos países amigos da língua oficial portuguesa para convocar a SOLIDARIEDADE. Por isso, não há razão nenhuma de rejeitar a adoção da língua portuguesa como nossa língua oficial porque não estamos a andar sozinhos...* (depoimento de um candidato a alfabetizador do Distrito de Cova Lima)

Não foi por acaso que, por decisão do Congresso do Conselho Nacional de Resistência Timorense, em 29 de agosto de 2000, o português foi declarado língua oficial de Timor Loro Sae, nas palavras de Xanana Gusmão: *Tendo em mente a nossa história, nós devemos fortalecer a nossa língua materna, o tétum, disseminar e aperfeiçoar o domínio da língua portuguesa e manter o ensino da língua Indonésia.*

Em Maputo (em 2002), durante o V LUSOCOM, participamos de uma série de debates envolvendo a problemática das línguas faladas em Moçambique. Neste outro cenário discute-se o papel das línguas autóctones na comunidade lusófona, como faz Liphola (2002:1): *sabendo-se que a comunicação desempenha um papel fundamental na transformação da comunidade lusófona, a realidade linguística de Moçambique obriga-nos a fazer a seguinte pergunta: a comunicação em que língua?* Ou, como quer Lopes (2002: 1-5), destacando o desenvolvimento e a necessidade do estudo do Português Moçambicano, *cujá moçambicanidade torna esta variedade distinta da variedade do Português na sua dimensão europeia* E, ainda, como coloca Firmino (2002: 304) acerca do reconhecimento dos papéis que as línguas locais e o Português assumem como consequência da sua incorporação nas atividades sociais ocorrentes em Moçambique, *ou seja, o Português e as línguas autóctones associam-se para executar tarefas no contexto dos sistemas retóricos, indiciais e ideológicos configurados pela natureza das relações sociais que caracterizam a sociedade contemporânea moçambicana.*

Num contexto tão disperso geograficamente, naturalmente multicultural, de sistemas linguísticos vários e de diferentes normas do português é que vamos pensar a língua e a identidade no âmbito da lusofonia.

2. A língua adormecida – o português em Timor-Leste

Meia ilha de colonização lusitana, situada entre o sudoeste asiático e o Pacífico sul, a 500 km da Austrália, Timor-Leste foi colônia portuguesa desde o século XVI, esteve ocupada pelo Japão durante três anos, na altura da Segunda Guerra Mundial, foi palco da invasão indonésia (de 1975 a 1999) e explorada pelos australianos.

Timor-Leste acaba de sair de um longo período em que falar português poderia significar a morte. Nesse contexto, se no novo país tudo está em reconstrução - das casas à identidade do povo, da organização da Nação ao papel de cidadão – a reintrodução da língua portuguesa reveste-se de um papel fundamental de resgate de valores socioculturais:

¹ Parte de pesquisa de Pós-Doutoramento em curso, sob a orientação do Prof. Dr. Moisés de Lemos Martins (Instituto de Ciências Sociais - Universidade do Minho).

A opção política de natureza estratégica que Timor-Leste concretizou com a consagração constitucional do Português como língua oficial a par com a língua nacional, o tétum, reflete a afirmação da nossa identidade pela diferença que se impôs ao mundo e, em particular, na nossa região onde, deve-se dizer, existem também similares e vínculos de caráter étnico e cultural, com os vizinhos mais próximos. Manter esta identidade é vital para consolidar a soberania nacional. (Xanana Gusmão²)

Durante duas décadas e meia, com reduzidas oportunidades para empregar a fala, a leitura e a escrita da língua portuguesa, o povo resistiu em defesa de seu território e de sua liberdade – são conhecidas as referências ao uso do português como língua de resistência, como afirmou um alfabetizador do Suco Lahane Oriental: *Os timorenses querem manter viva a sua fé que durante vinte e quatro anos de ocupação é um dos principais instrumentos de resistência, juntamente com a língua portuguesa.* Os timorenses, no entanto, sabem que não poderão se desenvolver de forma democrática com 90% da população iletrada.

As dezenas de línguas originais do país pertencem à família das línguas austronésias (ou malaio-polinésicas) ou à família das línguas papuas (ou indo-pacíficas), diversidade linguística que se explica principalmente pelo fato de Timor ter sido parte de rotas de migrações várias. Como língua integradora dessas línguas, fala-se o **tétum**, reconhecido oficialmente como língua nacional a partir de outubro de 1981, e que se apresenta de duas formas: como língua materna de algumas regiões e como forma veicular na generalidade do território. No entanto, antes mesmo da chegada dos portugueses, o tétum já era a língua franca, pois era falada pela tribo dos beloneses, a mais poderosa do lugar. Mais tarde, a adoção do tétum como língua oficial da Igreja Católica de Timor foi, em parte, responsável por sua rápida propagação, adoção e efetiva utilização pelos timorenses.

É importante lembrar que o modelo de colonização portuguesa, em que se destacam o processo de miscigenação com os timorenses (que levou à assimilação de hábitos) e a conversão ao catolicismo, dentre outros aspectos, contribuíram para a incorporação natural de estruturas sintáticas e de elementos lexicais portugueses às línguas locais. É evidente que a administração colonial privilegiava o português como língua de instrução, ensinada nas escolas, veiculando conteúdos da cultura lusa, e que se empregava na modalidade escrita, em atividades ditas culturais ou administrativas. Por outro lado, em termos de comunicação espacial e entre pessoas de línguas maternas diferentes, o tétum era usado nas situações cotidianas. De modo geral, portanto, antes dos acontecimentos de 1974-75, a situação linguística apresentava-se em três níveis: (1) o das *línguas locais* – veículos de comunicação nas diversas localidades, como o Bunak, o Kémak, o Galole, etc.; (2) o da *língua veicular* – o tétum, funcionando como elemento de integração e conhecido como “tétum praça”, variante do tétum TERIK gramaticalmente simplificada e mesclada com elementos do português; (3) o da *língua administrativa* – o português – única língua normalmente escrita, que também exercia uma função integradora, no tocante à camada dirigente e ao ambiente letrado. (cf. Thomaz, 2002: 140-4)

Diversamente do que ocorreu em muitos países na época de descolonização, em 1975, Timor-Leste tinha uma certa unidade linguística, garantida, como vimos, pelo uso do tétum. Além disso, apesar de criticar o colonialismo salazarista, tanto a Fretilin (Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente) quanto a Apodeti (Associação Popular Democrática Timorense, favorável à indexação pela Indonésia) continuaram a *valorizar a língua portuguesa como elemento ancestral e integrado na cultura nacional* (Hull³: 2001: 37).

Durante o domínio indonésio, Timor-Leste sofreu brutal repressão, como tortura e assassinatos, e exploração, como trabalho escravo e semiescravo, tendo sido mortos cerca de 300 mil timorenses. Ao lado disso, com a política de “destimorização” aplicada, incluiu-se uma nova forma linguística, que se traduziu na imposição da BAHASA indonésia (variante do malaio) como língua do ensino e da administração, na minimização do uso do tétum e na perseguição sumária da língua portuguesa.

Como resultado, atualmente, em termos linguísticos, o país se apresenta como um complexo mosaico: além do tétum e das dezenas de outras línguas locais, os timorenses falam a BAHASA indonésia e procuram se expressar em português e inglês. Estimativas⁴ apontam que as crianças, em fase pré-escolar, falam tétum (repleto de palavras do português), os adolescentes e adultos jovens utilizam-se do malaio e a geração com mais de 40 anos fala (ou traz na memória) o português; complementarmente, as pesquisas

² Alocução do Presidente Xanana Gusmão, proferida em Brasília, no dia 1 de agosto de 2002, durante a IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. www.cplp.org/noticias/ceegc/di7.htm [cap. em 03/08/02].

³ O linguista australiano Geoffrey Hull é um dos maiores especialistas em tétum e línguas nativas do Timor, além de árduo defensor da oficialização da língua portuguesa em Timor-Leste.

⁴ Jornal Digital – Notícias dos Países de Língua Portuguesa (www.jornaldigital.com) – [p. capt. 16/04/2001].

revelam que o português é falado por 20% da população de 800 mil habitantes. Segundo dados da ONU⁵, 70% da população de Timor-Leste é analfabeta e apenas cerca de 15% da população fala o português, conforme atesta Thomaz (2002: 90): *Se aos alfabetizados que falam, leem e escrevem o português juntarmos os analfabetos que melhor ou pior o falam, obteremos, quando muito, uma percentagem de 15 a 20 % da população total.*

Embora o tétum seja a língua de comunicação cotidiana dos timorenses, em algumas localidades, como em Cova Lima (quase fronteira com a Indonésia, onde se fala também o Bunak), parece-nos que a BAHASA indonésia funciona com maior intensidade como língua veicular, como revela breve inquérito que realizamos in loco: de 30 timorenses, com idade entre 20 e 35 anos, 6 sabem se expressar (ainda que precariamente) em português, 11 em inglês, 28 em BAHASA indonésia e 19 em tétum. Outros exemplos do uso concomitante de diferentes línguas: em *Ainaro*⁶, onde se fala o Nogo-Nogo e o Mambae - utilizada somente em situação familiar e, em especial, pelos mais idosos - e que pertence à mesma família do tétum; em *Baucau* temos o uaimaa e o makassai; em *Lautém*, fala-se o Falatuko, o Makalere e o Dagada; em *Bobonaro*, há o Bunak e o Kémak; em *Manatuto*, fala-se o Galole; em *Viqueque*, aparece o naioti, o mediki e o oso-moko; no *Oé-cusse* temos o baikenu e assim por diante.

De modo geral, o português⁷ aparece, na modalidade oral, truncado, reticente, praticamente construído em uma base lexical, ou seja, os usuários parecem “traduzir” diretamente palavras e categorias do tétum para as possíveis correspondentes portuguesas, sem preocupação com uma sistematização da estrutura morfosintática.

No *plano fonético*, verifica-se dificuldade na articulação de alguns fonemas específicos do português, revelando interferência do substrato linguístico local. As confusões mais recorrentes dão-se quanto aos fonemas do português que não encontram oposição fonológica no sistema do tétum ou em outra língua nacional (confusão de /p/, /t/ e /b/, redução das sibilantes e chiantes (/s/, /z/, /ʃ/ e /ʒ/). No tocante à escrita, os textos recolhidos revelam problemas ortográficos, em geral decorrentes de questões relativas à oralidade. No *plano morfológico*, dificuldades na declinação dos pronomes, na conjugação verbal e na flexão nominal (notadamente a omissão da marca de plural) - praticamente inexistentes no tétum, nas demais línguas locais ou na BAHASA indonésia. No *plano sintático*, são comuns as impropriedades ligadas à sintaxe da regência, à ordenação frástica, à concordância (também em decorrência de ser categoria inexistente nas demais línguas de Timor) além de substituição do infinitivo pelo presente em formas perifrásticas (como *pode fala*, por “pode falar”). No *plano semântico*, são perceptíveis problemas ligados ao desconhecimento dos significados (o que se deve a um domínio vocabular restrito) e à dificuldade de construção de sequências coerentes.

Apesar dessa exposição fragmentada e incipiente que apresentamos da variante do português em Timor-Leste, convém lembrar que uma língua vai além do aspecto gramatical acima colocado. Na verdade, o fenômeno linguístico integra-se à prática social, à dinâmica cotidiana, às necessidades discursivas da comunidade que partilha uma mesma realidade.

Fazer projeções acerca do destino do português em Timor-Leste está na dependência dos caminhos políticos a serem efetivamente percorridos pela nova nação. Se assim for, pode-se vislumbrar que o português despertará do sono forçado e reencontrará o seu espaço como língua de cultura:

Se Timor-Leste deseja manter uma relação com o seu passado, deve manter o português. Se escolher outra via, um povo com uma longa memória tornar-se-á numa nação de amnésicos, e Timor-Leste sofrerá o mesmo destino que todos os países que, voltando as costas ao seu passado, têm privado os seus cidadãos do conhecimento das línguas que desempenharam um papel fulcral na gênese da cultura nacional. (Hull, 2001: 39)

⁵ Escrevendo as páginas do futuro. Relatório de quatro anos de atividade. Programa Alfabetização Solidária. Jan/1997 – dez/2000. DF, p. 40.

⁶ Cabe aqui um registro: em visita à escola primária de Ainaro, mantida pela Igreja Católica, encontramos 4 salas, com uma média de 40 alunos por classe, com faixa etária variando entre 4 e 10 anos, num espaço físico quase nunca superior a 6 m². As crianças recebem noções de Língua Portuguesa utilizando material enviado por Portugal. O acesso às salas dos alunos maiores de 10 anos não foi possível no momento. Contudo, pudemos conversar com alguns desses alunos e apuramos que frequentam aulas de língua portuguesa, tétum, bahasa indonésia e inglês. A bahasa indonésia, língua na qual foram alfabetizados, é utilizada como língua-instrumento para o ensino sistematizado do tétum (trabalhado apenas oralmente) e para a chamada “reintrodução” ou “revitalização” do português. Procura-se falar o inglês por toda a parte, por indivíduos de diferentes faixas etárias, mas em especial pelos jovens, seduzidos pela presença maciça dos estrangeiros, detentores de alto poder aquisitivo e símbolos de melhor condição de vida.

⁷ A descrição apresentada leva em conta falantes do português com idade superior aos 35 anos e é resultado parcial de análises que realizamos como linguista do “Alfabetização Comunitária em Timor-Leste” (Projeto brasileiro conhecido como “Alfabetização Solidária”). Tal participação levou-nos a um levantamento bibliográfico e possibilitou-nos a realização de pesquisa *in loco* (junho/2001 – seleção de alfabetizadores e agosto/2001 – curso de capacitação). Gravamos entrevistas com candidatas a alfabetizadores e com a população em geral (de diferentes faixas etárias, profissões e sexo). Analisamos, ainda, textos produzidos pelos candidatas, no processo seletivo, e durante a capacitação, pelos alfabetizadores, além de outros elementos coletados (letras de músicas, receitas culinárias, jornais, anúncios publicitários, fotos com inscrições e cartazes).

2. O português em/de Moçambique

Quando falo Português sinto que estou a usar a vantagem de um instrumento que é estrategicamente viável para mais expansão e inserção nas várias comunidades linguísticas existentes no nosso país. Apesar do fato de que alguns diriam que é um elemento de alienação cultural, a influência que as línguas africanas exercem ou exerceram sobre o Português permitem-me dizer com alguma plausibilidade que efetivamente não há espaço para tal alienação, porque o Português pode também ser já uma língua africana. (depoimento de cidadão moçambicano - pesquisa realizada por Firmino, 2002: 240)

Na prática, falar do português em Moçambique significa falar de uma minoria escolarizada e habitante dos centros urbanos, apesar de seu status de oficial (sendo utilizada como meio de instrução e comunicação pública nacional) e de língua de unidade nacional. Dados do Instituto Nacional de Educação (1999) apontam que apenas 8,7% de moçambicanos em idade superior a 5 anos falam português como língua materna e que quase a totalidade dos falantes adultos, cujas línguas maternas⁸ pertencem ao grupo bantu, utilizam o português como segunda língua – o que significa o seu contato constante com outras variedades linguísticas. Esta situação do português relaciona-se com a administração do território na época colonial: até a segunda metade do século XVIII o governo era feito via Índia, sendo que a presença portuguesa só ocorre a partir de 1918, quando se inicia, de fato, a difusão do português na região. O final dos anos 30 (com o Estado Novo em Portugal) marca o início de um período de desenvolvimento econômico e da forte emigração portuguesa para Moçambique – em decorrência disso, a força da língua portuguesa se intensifica.

Durante o período pré-independência, a população de Moçambique adquiria a língua portuguesa motivada, essencialmente, pelo status que esta mantinha nos sistemas sociocultural, econômico e, porque não, ideológico (já que, do ponto de vista ideológico, a assimilação e o conhecimento do português pelos africanos possibilitaria a mobilidade social).

Quando, em 1962, a luta armada contra a metrópole se inicia, a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) escolhe o português como língua de comunicação entre os moçambicanos de origens diferentes envolvidos na ação. Na verdade, era a única língua que poderia nivelar as diferenças linguísticas, propiciar uma certa unidade no próprio movimento, além, claro, de ajudar a conhecer o opositor comum. Será, portanto, o português a língua dos dois lados da luta: do poder da metrópole e da resistência da colônia. Apesar disso, vale destacar que, no início,

a grande maioria dos homens (...) não dominavam nem utilizavam a língua portuguesa como meio de comunicação. (...) Usavam na sua maioria o inglês e o suaíli, que tinham sido as línguas em que se formaram politicamente e profissionalmente. Durante os primeiros anos da Frelimo essas línguas surgem com frequência decrescente na comunicação interna da Frelimo. É certo que não surgiu nenhuma resolução do 1º Congresso sobre a língua, mas foi unânime e tacitamente aceite que os documentos do Congresso fossem redigidos em Português porque, no meio da diferença, era aquela que encontrou denominadores comuns em todos. (conforme Ganhão, 1979; apud Gonçalves, 1996:16)

Com a independência, o português foi legitimamente escolhido como língua oficial, pois, além de permitir a comunicação internacional, funcionava, segundo o discurso oficial, como língua de unidade nacional. E não poderia ser diferente, já que essa escolha foi uma decorrência previsível dada a história do seu uso em Moçambique, *o tipo de diversidade linguística prevalecente no país, as premissas ideológicas relacionadas com o tipo de sociedade concebida com o país, bem como a necessidade de cooptar as elites na estrutura do poder e nas instituições burocráticas do país.* (Firmino, 2002: 232)

A despeito de ser a língua da escola, da informação escrita e de ascensão social, a condição de difusão do português é permeada por dificuldades, uma vez que a sua disseminação é um processo basicamente escolar (pois é ensinada num meio em que é pouco falada), e os alunos não têm outro espaço que não a sala de aula para a praticarem, com a agravante de ser limitado o desempenho linguístico do professor (cf Gonçalves, 1996:16-18).

Ao mesmo tempo em que o português, tornando-se língua de prestígio e recebendo influências das línguas locais, caminha para a constituição de uma norma do português moçambicano, há lampejos de preocupação com as línguas autóctones. Tanto é que, em 1983, a Secretaria de Estado da Cultura lança um documento em que considera *necessário promover o uso das línguas nacionais, uma vez que a política*

⁸ O relatório do Censo de 1980 contabiliza 23 línguas, que constituem a língua materna para a maioria dos moçambicanos: bitonga, chope, chuabo, koti, kunda lomwe, maconde, marendje, mwani, ngulu, nsenga, nyanja, nyungwe, phimbi, ronga sena, shona, swahili, swazi, tsonga, tswa, yao, zulu.

linguística deve refletir a identidade moçambicana. (...) chama a atenção para o fato de o português não ser reconhecido pela maioria da população, não podendo ser considerado uma língua moçambicana. (apud Gonçalves, 1996:31)

De todo modo, é preciso considerar que, em Moçambique, diferentemente do que ocorre em muitos países africanos, a situação da língua portuguesa não é a de herança incômoda com caráter provisório enquanto se não encontra uma língua genuinamente africana. (...) É um projeto que visa anular todas as consequências da arbitrariedade do traçado geográfico do País, dar-lhe uma identidade nacional e uma consciência cultural, através do povo que nele habita. (Rosário, 1982: 64-5)

A diversidade etnolinguística que caracteriza o atual espaço social moçambicano precisa considerar o uso das diferentes línguas (locais, português e línguas estrangeiras, como o inglês), que os indivíduos praticam nas variadas situações de interação comunicativa, reconhecendo os papéis sociais que as línguas portuguesas e autóctones desempenham, como resultado da sua incorporação nas atividades sociais ocorrentes em Moçambique. Este reconhecimento é fundamental uma vez que não há (como se verifica em Timor-Leste, com o tétum) uma língua local que sirva como integradora do território, não existindo (pelo menos até o momento), em Moçambique, uma dessas línguas que possa funcionar como língua nacional, como conclui Firmino (2002: 240):

À medida que a ideologia oficial promove o Português como língua oficial e língua de unidade nacional, a consciência da importância dos valores sócio-simbólicos ligados a esta língua é mais consolidada. Por esta razão, o Português poderá ser atualmente o único símbolo que é amplamente reconhecido pelos moçambicanos e através do qual a ideia de uma nação é imaginada e experimentada, especificamente entre os moçambicanos urbanizados.

Considerações Finais

É o contexto de uso de uma língua revelador do papel que ela desempenha numa determinada comunidade, uma vez que, ao mesmo tempo em que se refere às atividades sociais constitui, também, uma prática social.

Assim é que, no amplo domínio da lusofonia – espalhado por todos os continentes, aqui metonimicamente representados por quatro deles: um olhar americano, que se debruça sobre a África e a Oceania, num espaço europeu – entende-se a língua como práxis, como ação e interação, como processo historicizado. *Uma língua não tem outro sujeito senão aqueles que a falam, nela se falando. Ninguém é seu proprietário, pois ela não é objeto, mas cada falante é seu guardião, podia dizer-se a sua vestal, tão frágil coisa é, na perspectiva do tempo, a misteriosa chama de uma língua* (Lourenço, 2001: 123). Não há, portanto, uma delimitação geográfica visível: lusofonia é um lugar qualquer em que valores incorporados, compartilhados e conjugados ao longo de um percurso histórico, indelevelmente convergente, são introjetados, transformados e projetados socialmente. Por isso se pode falar de um português que *desperta* em Timor-Leste, de um português que se vai *nativizando* em Moçambique – são contextos sociais diferentes processando, a partir de um mesmo sistema linguístico, novos complexos discursivos e ideológicos, polifônica mente representativos de si mesmos e de todos nós.

Referências bibliográficas

- FIRMINO, Gregório (2002) *A questão linguística na África pós-colonial: o caso do português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo: Promédia.
- GONÇALVES, Perpétua (1996) *Português de Moçambique – uma variedade em formação*. Maputo: Editora da Universidade Eduardo Mondlane.
- HULL, Geoffrey (2001) *Timor-Lorosae - Identidade, Lian no Política Edukasionál* (Timor-Leste - Identidade, Língua e Política Educacional). Lisboa: Instituto Camões.
- LIPHOLA, Marcelino (2002) "O espaço das línguas moçambicanas na comunidade lusófona no contexto da globalização". Maputo: Comunicação apresentada no V LUSOCOM.
- LOPES, Armando Jorge (2002) Em direção ao primeiro léxico de usos do português moçambicano. In: *Veredas 3 – II*. Revista da Associação Internacional de Lusitanistas. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- LOURENÇO, Eduardo (2001) *A nau de Ícaro e imagem e miragem da lusofonia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ROSÁRIO, Lourenço (1982) "Língua Portuguesa e cultura moçambicana: de instrumento de consciência e unidade nacional a veículo e expressão de identidade cultural". In: *Cadernos de Literatura*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa. pp. 58-66.
- THOMAZ, Luís Filipe (2002) *Babel Loro sa'e. O problema linguístico de Timor-Leste*. Lisboa: Instituto Camões.